

MURIANA CARRILHO BERNARDINELI
JOSSIANI AUGUSTA HONÓRIO DIAS
RODRIGO RÓGER SALDANHA
ALYSSON VITOR DA SILVA
TATIANA ORLANDI
VALTER FREITAS
(Organizadores)

**DIREITO SEM FRONTEIRAS
VOLUME III**



Uniedusul

Maringá – Paraná
2024

2024 Uniedusul Editora

Copyright dos Autores

Editor Chefe: Prof. Me. Wellington Junior Jorge
Diagramação e Edição de Arte: André Oliveira Vaz
Revisão: Os autores

Conselho Editorial:

Denner Pereira da Silva

Máisa Kelly Nodari

Matheus Ribeiro de Oliveira Wolowski - Inst. Latino Americano

Michael Hiromii Zampronio Miyazaki

Raul F. Belucio Nogueira - Itália

Renata Torri Saldanha Coelho

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

D598 Direito sem fronteiras: vol. III / Organizadores Muriana Carrilho Bernardineli... [et al.]. – Maringá, PR: Uniedusul, 2024.
16 x 23 cm

ISBN 978-65-5418-060-3

1. Direito – Brasil. I. Bernardineli, Muriana Carrilho. II. Dias, Jossiani Augusta Honório. III. Saldanha, Rodrigo Róger. IV. Silva, Alysso Vitor da. V. Orlandi, Tatiana. VI. Freitas, Valter.

CDD 340.981

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

Permitido fazer download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.uniedusul.com.br

PREFÁCIO

É com imensa satisfação que prefacio este compêndio de artigos que abordam questões prementes e pertinentes em diversos campos do Direito. O tradicional SILA, organizado pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná – Campus Toledo brinda, anualmente, a comunidade jurídica com brilhantes exposições de palestrantes renomados no contexto brasileiro, da América Latina e do continente europeu, dos quais, tive o privilégio de ladear em uma de minhas palestras durante a realização do evento.

Cada trabalho aqui presente é resultado do esforço conjunto e da dedicação de seus respeitáveis autores, cujo compromisso com a pesquisa e a análise crítica se reflete em cada página.

Os temas abordados neste volume são variados e representam uma amostra da diversidade de assuntos que permeiam nossa sociedade contemporânea. Desde questões jurídicas até investigações forenses, cada artigo oferece uma perspectiva única e esclarecedora sobre problemas que impactam não apenas o Brasil, mas também o mundo em geral.

O volume III do livro “Direitos sem Fronteiras” é mais do que uma simples coletânea de artigos; é uma jornada intelectual por um vasto e complexo território de pesquisas acadêmicas que enfrentam questões legais, sociais e éticas, ultrapassando as fronteiras geográficas e disciplinares. Reunindo a expertise de diversos professores, alunos e renomados juristas no cenário nacional e internacional, esta obra representa um verdadeiro mosaico de reflexões sobre os desafios contemporâneos enfrentados pelo direito e pela sociedade em geral.

Neste livro, os leitores encontrarão uma ampla gama de tópicos abordados, desde a regulamentação das redes sociais até

questões relacionadas à família, justiça criminal, tecnologia e direitos humanos.

Cada artigo oferece uma análise profunda e perspicaz, fruto do esforço e dedicação de seus respeitáveis autores, que compartilham suas pesquisas e insights com generosidade e rigor acadêmico.

Neste volume, que tenho a honra de prefaciar, constam vinte e cinco textos cuja abordagem interdisciplinar enriquece a doutrina jurídica brasileira na compreensão de fenômenos sociais que emergem na sociedade e quais os desafios jurídicos para suplantarmos os impasses levantados.

No primeiro texto, intitulado “AÇÕES EXTREMISTAS EM ASCENSÃO: A INEFICIÊNCIA DA REGULAMENTAÇÃO DAS REDES SOCIAIS PELA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA” de autoria da ilustre professora Jossiani Augusta Honorio Dias e as autoras Gabriella Costa da Cruz, Ellza Mayla dos Santos Guedes e Giovana Bernadete Urnau Cezemer é possível extrair importantes reflexões sobre a temática da regulamentação das redes sociais no Brasil.

No mesmo sentido, o artigo “A REGULAMENTAÇÃO DAS MÍDIAS VS LIBERDADE DE EXPRESSÃO: A UTILIZAÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO CONTROLE MIDIÁTICO E OS RISCOS À LIBERDADE DE EXPRESSÃO”, de autoria do Alysson Vitor da Silva Giovanna Vieira, também enfrentam problemas dessa temática.

Ainda nesse contexto das redes sociais, vale a leitura do artigo denominado: “DANO MORAL DECORRENTE DA VIOLÊNCIA NAS REDES SOCIAIS – ANÁLISE DA CONDUTA DO CYBERBULLYNG E STALKING”, dos autores Thiago Mantuan Covalski e Jaqueline da Silva Paulichi.

No capítulo 2, tem-se uma abordagem inovadora do texto “A FORMAÇÃO DO COGUMELO DE ESPUMA EM VÍTIMA DE LESÕES PERFUROCORCORTANTES: RELATO DE CASO QUE EVIDÊNCIA A IMPORTÂNCIA DO EXAME DE LOCAL DE MORTE NA INVESTIGAÇÃO FORENSE”, cuja autoria é de Alex Diogo Matte, Maria Eduarda Cardozo dos Santos e Michael Hiromi Zampronio Miyazaki.

Tema relevante e imprescindível é tratado na pesquisa denominada “A (IM) POSSIBILIDADE DE DESERDAÇÃO POR ABANDONO AFETIVO, de autoria da estimada professora Muriana Carrilho Bernardineli e as autoras Taiane Gomes da Silva e Maria Eduarda Braguetto Kelm. Também vale a leitura do artigo “A RESPONSABILIDADE CIVIL ANTE O ABANDONO AFETIVO INVERSO” de autoria de Maísa Nodari, Eduarda Engelsing Leubet, Maria Eduarda Portugal da Silva e Poliana Thalita de Oliveira sobre a interconexão entre as temáticas.

Ainda frente a análise do afeto que tem norteado as relações sociais, cumpre aqui fazer menção ao texto “SUPREMACIA INVISÍVEL DO HOMEM COMO FATOR EMERGENTE AO ABANDONO AFETIVO NO ENCARCERAMENTO FEMININO”, de autoria de Rodrigo Roger Saldanha, Muriana Carrilho Bernardineli e Itauana Braun dos Santos, cuja leitura é indispensável para o jurista contemporâneo.

A Democracia deve transcender o texto Constitucional e se materializar no mundo real, assim, o artigo intitulado “A (IN) EFICIÊNCIA DO AMICUS CURIAE COMO INSTRUMENTO DE PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA”, de autoria do Leonardo Alves Sarolli e Michael Miyazaki apontam para determinadas perspectivas importantes sobre essa problemática.

Questões bioéticas também são apresentadas nesse compendio, no texto “A MEDICALIZAÇÃO DA FAMÍLIA: BREVE ANÁLISE SOBRE A PONDERAÇÃO ENTRE O PLANEJAMENTO FAMILIAR E A DIGNIDADE DO BEBÊ-MEDICAMENTO”, cuja autoria do dileto amigo e docente Rodrigo Róger Saldanha e os autores Valter Freitas, Amanda Regina Pivetta e Gabrielli Vitoria Ribeiro. Temática envolvendo a ética sobre a vida também são encontradas no artigo: “A TRANSFERÊNCIA DA AUTONOMIA PRIVADA PARA O NÚCLEO FAMILIAR: BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE AS DECISÕES DOS PACIENTES TERMINAIS” de Rodrigo Roger Saldanha, Emanuely Cardoso Alves e Marina Elisa Barbian, cuja leitura é indispensável. Tem-se ainda o texto intitulado “FAMÍLIA PERFEITA? A PERMANÊNCIA DAS MULHERES VÍTIMAS NO CICLO DA VIOLÊNCIA” das autoras Muriana Carrilho Bernardineli, Maísa K. Nodari, Ana Clara Soethe Sassi e Nadine Thais Kuhn.

Ainda no contexto bioético, vale a leitura dos textos “REPRODUÇÃO HUMANA ASSISTIDA POST MORTEM: DIREITO DA MÃE OU IMPOSIÇÃO AO FILHO A UMA FAMÍLIA MONOPARENTAL?” das autoras Muriana Carrilho Bernardineli e Aline Aparecida Mucellini de Souza, bem como do artigo intitulado “SUICÍDIO ASSISTIDO: DIREITO À MORTE DIGNA E O ESTADO COMO REGULADOR DA VIDA”, cuja autoria é de Ana Carolina dos Santos Pinheiro, Mariana Ramos da Cruz Denig e Tayná Caroline da Silva Valter Freitas. Tais temáticas são enfrentadas com dificuldade no cotidiano, mas se mostram necessárias para o debate acadêmico.

A conexão com as diversas áreas do direito se apresenta evidente na presente coletânea, com o artigo denominado: “A VISÃO DO DIREITO DA FAMÍLIA MULTIESPÉCIE SOBRE

AS FALTAS JUSTIFICÁVEIS DO DIREITO DO TRABALHO”, de autoria de João Victor Guerra e Alysson Vitor da Silva, abordando aspectos do direito da família e direito do trabalho.

Ainda sob a perspectiva do direito das famílias, o compêndio proporciona textos relevantes que tratam institutos tão caros para a sociedade e antigos, como a adoção, e suas problemáticas atuais, como é o caso do artigo: “BRINCANDO DE SER FAMÍLIA: A DESVALORIZAÇÃO DO INSTITUTO DA ADOÇÃO” de autoria de Muriana Carrilho Bernardineli, Maísa Nodari, Isabella Ritt e Isabelle Berno Cecluski, bem como do artigo intitulado “COMENTÁRIOS À LEI 12.318/2010 E INTERLOCUÇÕES A RESPEITO DA CHAMADA “SÍNDROME DA ALIENAÇÃO PARENTAL” de autoria de Muriana Carrilho Bernardineli, Giovanna Fontoura Rossetto e Heloísa Rafaela Pandolfo.

Além de interdisciplinar, este compêndio é atual, com abordagens inovadoras acerca das novas tecnologias que emergem na sociedade contemporânea, como se vê no texto “DESAFIOS E OPORTUNIDADES DA TECNOLOGIA BLOCKCHAIN NO SISTEMA TRIBUTÁRIO: UMA ANÁLISE DA SITUAÇÃO ATUAL E PERSPECTIVAS FUTURAS” dos autores Julia de Oliveira Sanches, Tharyn Andressa Faustino Garrett e Jossiani Augusta Honório Dias.

No âmbito penal, destacam-se o artigo intitulado “DESAFIOS E PERSPECTIVAS NA PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS DAS VÍTIMAS DE CRIME: UMA ANÁLISE CRÍTICA DO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL, das autoras Jossiani Honório Dias, Amanda Guidetti Malagutti, Heloísa Hannemann da Costa Pinto e Maria Letícia Figueira Branco, bem como o texto denominado: “ILUSTRES

TORTURADORES: A LEI DA ANISTIA E AS HOMENAGENS AOS MILITARES ENVOLVIDOS NA PRÁTICA DE TORTURA de Amanda Castelano Dias, Ana Beatriz Webber e Gabrielli Vieira Lopes Valter Freitas.

Importante ainda, a interessante análise crítica enfrentada no artigo “OS TRISTES FINS DE JOAQUIM E SIMEÃO: INFÂNCIA E PUNIÇÃO NO BRASIL OITOCENTISTA”, de autoria de Otávio Weinhardt.

Como fruto de um evento internacional, não poderiam faltar nesse exponencial compêndio, pesquisas de países localizados do outro lado do atlântico como é o caso do artigo intitulado “PREVISTO, PREVEDIBILE, PREDICIBILE: L’AVVIO DI UNO STUDIO SUI PARADIGMI DELLA CALCOLABILITÀ GIURIDICA” de autoria de Francesco Maria Damosso e revisado por Raul Belúcio. Também vale a leitura do texto “IMUNIDADE JURISDICIONAL: O DELICTA IMPERII DE CANÇADO TRINDADE COMO NOVA CATEGORIA DE ACTS OF STATE” de autoria de Fábio Cândido do Prado e do artigo “REPRESENTACIÓN, IDENTIDAD Y SUJETO: ENLACES ENTRE EL EJÉRCITO ZAPATISTA DE LIBERACIÓN NACIONAL (EZNL) Y LA REFORMA CONSTITUCIONAL MEXICANA” de Raul Belúcio.

Por derradeiro, esta obra contempla ainda temáticas modernas no âmbito empresarial, nos textos intitulados: “PROGRAMA DE INTEGRIDADE ANTIDISCRIMINATÓRIO: COMO O COMPLIANCE PODE PROMOVER A INCLUSÃO E DIVERSIDADE DAS MINORIAS NO AMBIENTE CORPORATIVO E COMBATER A DISCRIMINAÇÃO” de Pedro Henrique Hernandez Argentina e “RECUPERAÇÃO JUDICIAL DO PRODUTOR RURAL: A DIVERGÊNCIA DO PODER

JUDICIÁRIO BRASILEIRO ACERCA DA NECESSIDADE DO REGISTRO MERCANTIL” de autoria de Ana Luísa Salvaro Herpich, Êmily Maria Marin Da’Col e Rodrigo Róger Saldanha.

Vê-se que ao longo destas páginas, os leitores serão desafiados a refletir sobre questões urgentes e atuais que moldam o mundo contemporâneo, confrontando-se com dilemas éticos, jurídicos e sociais que permeiam a sociedade hodierna. Mais do que oferecer respostas definitivas, a obra “Direitos sem Fronteiras – Volume III” busca estimular o diálogo, o debate e a busca por soluções inovadoras para os problemas que a sociedade tem enfrentado.

Que esta coletânea sirva como um ponto de partida para reflexões profundas e transformadoras, incentivando um compromisso renovado com a justiça, a igualdade e a defesa dos direitos humanos em todas as suas formas.

Externo meus sinceros votos de uma proveitosa leitura!

Prof. Dr. Matheus Ribeiro de Oliveira Wolowski

*Doutor e Mestre em Direito pela Universidade Cesumar –
Unicesumar*

*Graduado em Direito e Teologia pela Universidade Cesumar –
Unicesumar*

*Professor adjunto no curso de Direito da Universidade Estadual
de Maringá – UEM*

*Professor titular no curso de Direito do Centro Universitário
Metropolitano de Maringá-PR*

*Professor da Pós-graduação Latu-sensu da PUC-PR- Campus
Toledo-PR e Univel*

*Sócio advogado do escritório Wolowski & Oliveira Advogados
Associados*

Pesquisador e autor de diversos artigos e obras jurídicas.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	17
AÇÕES EXTREMISTAS EM ASCENSÃO: A INEFICIÊNCIA DA REGULAMENTAÇÃO DAS REDES SOCIAIS PELA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA	
Jossiani Augusta Honorio Dias Gabriella Costa da Cruz Ellza Mayla dos Santos Guedes Giovana Bernadete Urnau Cezemer	
CAPÍTULO 2	31
A FORMAÇÃO DO COGUMELO DE ESPUMA EM VÍTIMA DE LESÕES PERFUROCORTANTES: RELATO DE CASO QUE EVIDÊNCIA A IMPORTÂNCIA DO EXAME DE LOCAL DE MORTE NA INVESTIGAÇÃO FORENSE	
Alex Diogo Matte Maria Eduarda Cardozo dos Santos Michael Hiromi Zampronio Miyazaki	
CAPÍTULO 3	49
A (IM) POSSIBILIDADE DE DESERDAÇÃO POR ABANDONO AFETIVO	
Muriana Carrilho Bernardineli Taiane Gomes da Silva Maria Eduarda Braguetto Kelm	
CAPÍTULO 4	69
A (IN)EFICIÊNCIA DO AMICUS CURIAE COMO INSTRUMENTO DE PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA	
Leonardo Alves Sarolli Michael Miyazaki	
CAPÍTULO 5	87
A MEDICALIZAÇÃO DA FAMÍLIA: BREVE ANÁLISE SOBRE A PONDERAÇÃO ENTRE O PLANEJAMENTO FAMILIAR E A DIGNIDADE DO BEBÊ-MEDICAMENTO	
Rodrigo Róger Saldanha Valter Freitas Amanda Regina Pivetta Gabielli Vitoria Ribeiro	

CAPÍTULO 6	111
A REGULAMENTAÇÃO DAS MÍDIAS VS LIBERDADE DE EXPRESSÃO: A UTILIZAÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO CONTROLE MIDIÁTICO E OS RISCOS À LIBERDADE DE EXPRESSÃO	
Alysson Vitor da Silva Giovanna Vieira	
CAPÍTULO 7	129
A RESPONSABILIDADE CIVIL ANTE O ABANDONO AFETIVO INVERSO	
Máisa Nodari Eduarda Engelsing Leubet Maria Eduarda Portugal da Silva Poliana Thalita de Oliveira	
CAPÍTULO 8	147
A TRANSFERÊNCIA DA AUTONOMIA PRIVADA PARA O NÚCLEO FAMILIAR: BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE AS DECISÕES DOS PACIENTES TERMINAIS	
Rodrigo Roger Saldanha Emanuely Cardoso Alves Marina Elisa Barbian	
CAPÍTULO 9	167
A VISÃO DO DIREITO DA FAMÍLIA MULTIESPÉCIE SOBRE AS FALTAS JUSTIFICÁVEIS DO DIREITO DO TRABALHO	
João Victor Guerra Alysson Vitor da Silva	
CAPÍTULO 10	193
BRINCANDO DE SER FAMÍLIA: A DESVALORIZAÇÃO DO INSTITUTO DA ADOÇÃO	
Muriana Carrilho Bernardineli Máisa Nodari Isabella Ritt Isabelle Berno Cecluski	
CAPÍTULO 11.....	215
COMENTÁRIOS À LEI 12.318/2010 E INTERLOCUÇÕES A RESPEITO DA CHAMADA “SÍNDROME DA ALIENAÇÃO PARENTAL”	
Muriana Carrilho Bernardineli Giovanna Fontoura Rossetto Heloísa Rafaela Pandolfo	

CAPÍTULO 12	233
DANO MORAL DECORRENTE DA VIOLÊNCIA NAS REDES SOCIAIS – ANÁLISE DA CONDUTA DO <i>CYBERBULLYNG</i> E <i>STALKING</i>	
Thiago Mantuan Covalski Jaqueline da Silva Paulichi	
CAPÍTULO 13	253
DESAFIOS E OPORTUNIDADES DA TECNOLOGIA BLOCKCHAIN NO SISTEMA TRIBUTÁRIO: UMA ANÁLISE DA SITUAÇÃO ATUAL E PERSPECTIVAS FUTURAS	
Julia de Oliveira Sanches Tharyn Andressa Faustino Garrett Jossiani Augusta Honório Dias	
CAPÍTULO 14	273
DESAFIOS E PERSPECTIVAS NA PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS DAS VÍTIMAS DE CRIME: UMA ANÁLISE CRÍTICA DO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL	
Jossiani Augusta Honório Dias Amanda Guidetti Malagutti Heloísa Hannemann da Costa Pinto Maria Letícia Figueira Branco	
CAPÍTULO 15	291
FAMÍLIA PERFEITA? A PERMANÊNCIA DAS MULHERES VÍTIMAS NO CICLO DA VIOLÊNCIA	
Muriana Carrilho Bernardineli Maísa K. Nodari Ana Clara Soethe Sassi Nadine Thais Kuhn	
CAPÍTULO 16	309
ILUSTRES TORTURADORES: A LEI DA ANISTIA E AS HOMENAGENS AOS MILITARES ENVOLVIDOS NA PRÁTICA DE TORTURA	
Amanda Castelano Dias Ana Beatriz Webber Gabielli Vieira Lopes Valter Freitas	

CAPÍTULO 17	331
IMUNIDADE JURISDICIONAL: O <i>DELICTA IMPERII</i> DE CANÇADO TRINDADE COMO NOVA CATEGORIA DE <i>ACTS OF STATE</i> Fábio Cândido do Prado	
CAPÍTULO 18	355
OS TRISTES FINS DE JOAQUIM E SIMEÃO: INFÂNCIA E PUNIÇÃO NO BRASIL OITOCENTISTA Otávio Weinhardt	
CAPÍTULO 19	373
PREVISTO, PREVEDIBILE, PREDICIBILE: L'AVVIO DI UNO STUDIO SUI PARADIGMI DELLA CALCOLABILITÀ GIURIDICA Francesco Maria Damosso Revisor técnico: Raul Belúcio	
CAPÍTULO 20	399
PROGRAMA DE INTEGRIDADE ANTIDISCRIMINATÓRIO: COMO O COMPLIANCE PODE PROMOVER A INCLUSÃO E DIVERSIDADE DAS MINORIAS NO AMBIENTE CORPORATIVO E COMBATER A DISCRIMINAÇÃO Pedro Henrique Hernandez Argentina	
CAPÍTULO 21	421
RECUPERAÇÃO JUDICIAL DO PRODUTOR RURAL: A DIVERGÊNCIA DO PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO ACERCA DA NECESSIDADE DO REGISTRO MERCANTIL Ana Luísa Salvaro Herpich Êmily Maria Marin Da'Col Rodrigo Róger Saldanha	
CAPÍTULO 22	441
REPRESENTACIÓN, IDENTIDAD Y SUJETO: ENLACES ENTRE EL EJÉRCITO ZAPATISTA DE LIBERACIÓN NACIONAL (EZNL) Y LA REFORMA CONSTITUCIONAL MEXICANA Raul Belúcio	

CAPÍTULO 23	463
REPRODUÇÃO HUMANA ASSISTIDA <i>POST MORTEM</i> : DIREITO DA MÃE OU IMPOSIÇÃO AO FILHO A UMA FAMÍLIA MONOPARENTAL? Muriana Carrilho Bernardineli Aline Aparecida Mucellini de Souza	
CAPÍTULO 24	483
SUICÍDIO ASSISTIDO: DIREITO À MORTE DIGNA E O ESTADO COMO REGULADOR DA VIDA Ana Carolina dos Santos Pinheiro Mariana Ramos da Cruz Denig Tayná Caroline da Silva Valter Freitas	
CAPÍTULO 25	501
SUPREMACIA INVISÍVEL DO HOMEM COMO FATOR EMERGENTE AO ABANDONO AFETIVO NO ENCARCERAMENTO FEMININO Rodrigo Roger Saldanha Muriana Carrilho Bernardineli Itauana Braun dos Santos	

L'Autore ha induttivamente decostruito, sul piano teorico, l'operazione di calcolo giuridico, per ragionare su: che cosa vuol dire calcolo giuridico? Quali sono gli elementi di calcolo e come vengono considerati nella loro significatività? Quali sono le potenzialità del calcolo? Qual è il risultato del calcolo? I paradigmi della calcolabilità sono mutati nel tempo, e con essi è mutata la loro natura.

The Author has inductively deconstructed, from a theoretical standpoint, the process of legal computation aiming to contemplate: what does legal computation mean? What are the elements of computation and how are they assessed in terms of their significance? What are the potentialities inherent in computation? What is the outcome of the computational process? The paradigms of computability have undergone evolution over time, thereby altering their inherent nature.

Certezza del diritto. Interpretazione. Intelligenza artificiale.

1. Quale calcolabilità.

La calcolabilità del diritto costituisce oggetto di una domanda – esigenza, urgenza, pretesa – anzitutto sociale, tanto irrinunciabile per l'individuo quanto necessaria per il giurista. Il futuro giuridico¹ deve essere un orizzonte su cui poter effettivamente contare. Il buio sulle conseguenze giuridiche dell'agire – o non agire – umano ci proietta dentro a uno scenario per l'appunto antisociale, che implica mortificazione della soggettività del singolo e non di meno del senso dello Stato. Al primo verrebbero sostanzialmente negate libertà e uguaglianza; il secondo, quindi, fallirebbe nel fine di garantire libertà e uguaglianza nell'ordine, assecondando una condizione di disordine di per sé gravemente incompatibile con i suoi scopi immanenti. Non a caso il sistema giuridico calcolabile è stato fatto coincidere con il sistema giuridico efficiente², se efficienza – fuori da un'ottica prettamente economicistica – vuol dire essere rispondente ai propri fini, ossia funzionare al massimo delle proprie potenzialità nel perseguire l'obiettivo per cui si esiste.

Su di un piano generalissimo, il diritto è calcolabile, e dunque un preciso futuro giuridico può divenire oggetto di affidamento, nella misura in cui il soggetto calcolante può razionalmente rappresentarsi l'*an*, il *quando* e il *quomodo* il diritto inciderà sulla sua persona, altrettanto generalissimamente intesa.

Ma questa calcolabilità, oltre a poter assumere diverse forme e gradazioni, e a poter riguardare una discreta varietà di risultati – sono problemi afferenti al che cosa e al

¹ È un'espressione ampiamente presente nella produzione di Natalino Irti, che molto si è occupato dell'argomento: per tutti, si veda la raccolta di saggi in N. IRTI, *Un diritto incalcolabile*, Giappichelli, 2016.

² M. CORSALE, *Certezza del diritto e crisi di legittimità*, Giuffrè, II ed., 1979, p. 39.

quanto si può calcolare³ –, non è sempre stata intesa allo stesso modo, e continua a essere intesa in modi diversi. Ciò che dipende dalla natura chiaramente derivativa del concetto in parola, idealmente discendente dal postulato – ora dogma, ora mito, ora valore – della certezza del diritto, ossia da un più generale attributo teoricamente caratterizzante i sistemi diciamo della famiglia giuridica occidentale: essendo o dovendo essere il diritto certo, nelle sue componenti e meccaniche di funzionamento, allora lo stesso è o deve essere calcolabile.

E la certezza del diritto, dal canto suo, nella teoria come nella pratica può occupare varie dimensioni, tra loro non sempre congruenti⁴. Anzitutto, dunque, precisiamo che qui s'intende riflettere su quella dimensione della certezza relativa alle condizioni di intervento del potere punitivo – in quanto massimamente incidente sulla persona – e alla produzione degli effetti di questo potere; specificando altresì che sarà privilegiata con esclusività la sottodimensione della certezza della decisione penale; e, ancora, che si parlerà di certezza della futura decisione penale. Dovremo allora considerare la calcolabilità da questo angolo visuale.

Esplicitare il riferimento alla decisione futura è peraltro funzionale a escludere dalla trattazione: il discorso sulla certezza della decisione passata, ossia le esigenze di certezza delle situazioni giuridiche soggettive che sono alla base del giudicato penale⁵; il discorso sulla certezza della ricostruzione processuale dell'accadimento passato rilevante ai fini della decisione, ossia le esigenze di certezza storica, potendosi condannare l'imputato solo se ritenuto colpevole oltre ogni ragionevole dubbio.

Altrettanto incidentalmente, è agevole constatare come quelli appena descritti siano terreni in cui si sconta una qualche misura di in-certezza, e dunque in cui è possibile solo una certezza relativa: il giudicato penale, come si sa, è frangibile in forza dei mezzi straordinari di impugnazione e degli ulteriori rimedi esperibili *in executivis* (è oramai un luogo comune parlare di crisi del giudicato); l'accertamento processuale del fatto, a

³ Che peraltro sono gli unici problemi d'interesse: non è dato rinvenire una realtà giuridica in cui tutto o niente sia calcolabile.

⁴ Alcuni possibili gruppi di significati in E. ALLORIO, *La certezza del diritto dell'economia*, in *Dir. ec.*, 1956, pp. 1198 ss.; M. LONGO, voce *Certezza del diritto*, in *Nov. Dig. it.*, 1959, pp. 124 ss.; L. LOMBARDI VALLAURI, *Saggio sul diritto giurisprudenziale*, Giuffrè, 1975, pp. 567 ss.; M. CORSALE, *Certezza del diritto*, cit., pp. 30, 33-34; L. GIANFORMAGGIO, voce *Certezza del diritto*, in *Dig. disc. priv.*, 1988, §§ 1 ss. Sulla concezione e il valore della certezza, è passato alla storia lo scontro – più apparente che reale, dato l'oggetto delle relative riflessioni – tra N. BOBBIO, *La certezza del diritto è un mito?*, in *Riv. Int. Fil. Dir.*, 1951, pp. 146 ss. e J. FRANK, *Law and the Modern Mind*, 1930, Doubleday & Co., 1936.

⁵ Posto che la funzione del giudicato penale non si esaurisce nel garantire una esigenza di certezza di situazioni e di giudizio, ma è per riflesso anche di garanzia: cfr. Cass., sez. un., 24 ottobre 2013, n. 18821, Ercolano; Cass., sez. un., 29 maggio 2014, n. 42858, Gatto.

rigore, non può mai condurre alla verità assoluta e intangibile (prevale contrariamente il canone della verità probabile, accertata lì e allora con gli strumenti a disposizione).

Il richiamo alla certezza della decisione penale futura, del pari, deve essere ridimensionato; giacché nella sua accezione attuale e praticamente possibile è da intendersi come certezza relativa o parziale, ossia tendenziale, delle conseguenze giuridico-penali del proprio agire. È vero: un'esigenza di certezza su queste conseguenze è a fondamento del principio *nullum crimen, nulla poena sine lege*⁶ *et sine iudicio*⁷; ma è altrettanto vero che se il diritto può essere oggetto di calcolo in quanto se ne postuli il carattere di certezza, in questi termini una certezza del diritto solo tendenziale implica una calcolabilità del diritto solo tendenziale, approssimativa; e un futuro giuridico su cui solo tendenzialmente si può fare i conti. In una parola: una decisione penale futura non esattamente prevista nei suoi contenuti, ma più o meno prevedibile.

Questa concezione di certezza e derivante calcolabilità solo relativa o parziale dipende dall'abitudine di rapportarla con la finalità di rappresentarsi appunto esattamente i contenuti della decisione futura: *habitus* mentale residuante dalla stagione illuminista e primogiuspositivista, col quale dobbiamo ancora confrontarci⁸.

⁶ Ad ogni modo, la *ratio* complessiva del principio di legalità in materia penale non deve essere fatta coincidere con la *ratio* specifica della riserva di legge, ossia garantire il monopolio delle scelte politico-criminali al Parlamento in quanto dotato di maggiore legittimazione democratica, configurandosi quale sede in cui può avere luogo un adeguato confronto tra maggioranza e minoranza, nonché una adeguata ponderazione degli interessi in rilievo attraverso il procedimento di promulgazione della legge. Garanzie che le decisioni dei poteri esecutivo e giudiziario non possono offrire: cfr. in argomento G. DELITALA, *Cesare Beccaria e il problema penale*, in *Riv. it. dir. e proc. pen.*, 1964, p. 968, nonché M. GALLO, *La legge penale*, Cooperativa libraria universitaria torinese, 1967, p. 22. Per una problematizzazione afferente alla rappresentanza politica, F. PALAZZO, *Legalità penale: considerazioni su trasformazione e complessità di un principio "fondamentale"*, in *Quad. fior.*, 2007, pp. 1279 ss.; nonché G. FIANDACA, *Crisi della riserva di legge e disagio della democrazia rappresentativa nell'età del protagonismo giurisdizionale*, in *Criminalia*, 2011, pp. 79 ss.

⁷ Il richiamo alle esigenze di certezza della decisione futura sarà dunque inteso esclusivamente in questi termini; non anche in termini di c.d. certezza della pena, che traduce una istanza di esecuzione effettiva della sentenza di condanna eventualmente pronunciata all'esito del giudizio. Di recente, si è soffermata sulla connessione dei due profili R.A. RUGGIERO, *Il ne bis in idem: un principio alla ricerca di un centro di gravità permanente*, in *Cass. pen.*, 2017, p. 3841.

⁸ In un auspicabile e successivo lavoro, peraltro, si osserverà come la medesima concezione di certezza e derivante calcolabilità con l'avvento della c.d. intelligenza artificiale possa giovare di una rigenerazione di significato, nella misura in cui la potenza di calcolo della macchina debitamente programmata è idonea a cogliere e quantificare almeno in parte quelli che della decisione futura costituiscono i – fisiologici o patologici – margini di incertezza. Incertezza che quindi può tendere alla certezza intorno a quali e quante siano le incognite del giudizio, e soprattutto alla loro incidenza sulla futura decisione; incalcolabilità, dunque, che diviene propriamente calcolabilità di quali possibili scenari di futuro giuridico possano attendersi. Ecco dunque il bisogno di formulare un'avvertenza terminologica: nel prosieguo del lavoro ci si riferirà alla certezza e alla calcolabilità intese in senso tradizionale.

2. *Gli elementi di calcolo.*

Un più o meno rilevante margine di incalcolabilità dipende dal carattere certo o meno degli elementi di calcolo. In generale, gli elementi di calcolo sono quelli che combinati tra loro con la tecnica adeguata fanno pervenire il calcolante a un certo risultato. Nel nostro caso, il risultato vuole essere il contenuto della decisione futura; gli elementi di calcolo sono i dati disponibili a tal fine, e cioè: il dato legislativo, il dato interpretativo, il dato sociale. Il perché gli elementi di calcolo appena menzionati non sono certi nella loro significatività, sì da potere giungere a un risultato solo approssimativo, giammai esatto, è di intuitiva evidenza.

Il dato legislativo è incerto perché la lettera della legge, che stabilisce la penale rilevanza di una determinata condotta, è incerta nel suo significato: una medesima disposizione può infatti avere più significati. È logico che il grado di incertezza del dato aumenta proporzionalmente al suo grado di elasticità o vaghezza semantica nonché di qualità tecnica e sintattica, e viceversa.

Il dato interpretativo, che deriva dal formante giurisprudenziale e che specifica il precetto fissato nel formante legale, per un verso agevola il calcolante diminuendo il grado di approssimazione del risultato in discorso, ma per altro verso è solo eventuale, e comunque non è risolutivo perché è incerto. Un tale elemento di calcolo, cioè, agevola il calcolante perché è fuori dubbio che i contenuti delle passate decisioni, e dunque il come la legge sia già stata interpretata, possa fare presumere che in futuro quella stessa legge analogamente s'interpreterà. Al contempo, però, si tratta di un elemento di calcolo solo eventuale perché non è detto che un indirizzo interpretativo uniforme o sufficientemente consolidato o comunque esistente vi sia; e infine è un elemento incerto perché nulla garantisce che una certa interpretazione, pure uniforme e costante, venga senz'altro mantenuta nei giudizi a venire. A questo proposito, un qualche vincolo – di fatto o di diritto⁹ – al c.d. precedente ovviamente può venire in aiuto del calcolante, il grado di incertezza del dato interpretativo diminuendo proporzionalmente al grado di ripetitività del contenuto delle passate decisioni e viceversa; ma si deve anzitutto considerare l'art. 101 comma 2 Cost., preclusivo di un vincolo inderogabile a queste ultime¹⁰.

⁹ Nell'ordinamento italiano, e in ambito processuale penale, si veda l'art. 618 comma 1-*bis* c.p.p.

¹⁰ In ogni caso, seguire il precedente salvo gravi e motivate ragioni è quantomeno una direttiva metodologica largamente condivisa: in giurisprudenza, tra le pronunzie a sezioni unite, si veda Cass. civ., sez. un., ord. 6 novembre 2014, in *C.e.d.*, n. 632844, § 1, *in diritto*, le quali hanno anche precisato che il principio debba ritenersi applicabile anche nell'ambito penale; nello stesso senso, antecedentemente, C. cost., 12 ottobre 2012, n. 230.

Il dato sociale, ossia il contesto sociale storicamente determinato entro il quale è applicata una certa disposizione legislativa e si forma la relativa interpretazione giurisprudenziale, entra senz'altro a far parte del calcolo ed è, dal canto suo, altrettanto incerto perché sprovvisto di univoca significatività. Entra a far parte del calcolo perché il significato sociale di un fatto ben può costituire fattore alla stregua del quale calcolare le conseguenze dallo stesso derivanti, e questo teoricamente anche a prescindere dal dato interpretativo: se aggredito fisicamente una persona procurandole una patologia permanente, non ho bisogno di conoscere la giurisprudenza sull'art. 583 c.p. per riconoscere in quello che ho fatto un disvalore analogo a quello della condotta punita in astratto dalla fattispecie incriminatrice; riconosco la norma nel fatto¹¹. Nell'assenza del dato interpretativo, poi, una tale riconoscibilità funge da elemento giustificativo essenziale della decisione: altrimenti dovremmo considerare senz'altro incalcolabili le conseguenze derivanti da un fatto punito da una fattispecie incriminatrice di nuovo conio ovvero recentemente modificata¹². La stessa riconoscibilità – sempre allorché si presuppongano certi determinati significati di senso e di valore condivisi –, può evidentemente sopperire pure a un *deficit* di precisione e determinatezza della disposizione. Per restare all'esempio, potrebbe essere scritto anche in modo estremamente vago l'art. 583 c.p.: quello che ho fatto rimane comunque incluso nel *core* della norma. L'inidoneità di una siffatta compensazione ai fini della legalità penale è un altro discorso.

Fuori dagli esempi di scuola o quasi, comunque, il dato sociale rimane incerto perché il significato sociale di un fatto nella coscienza comune ben può presentarsi controverso ovvero mutare nel tempo, e dunque la norma ben può rimanere irriconoscibile: il risultato del calcolo giuridico su questa base rimane dunque approssimativo. Si dovrebbe allora valutare caso per caso se e quanto il dato in parola abbia potuto *ex ante* garantire un adeguato grado di calcolabilità. Sono valutazioni complesse e dagli esiti tutt'altro che univoci – con tutto ciò che ne consegue –, ma è praticamente quanto afferma anche la Corte europea dei diritti dell'uomo quando

¹¹ Il problema della riconoscibilità del precetto penale apre, tra l'altro, a quello dei suoi destinatari, i quali dovrebbero essere tanto l'individuo quanto il giudice: in questo senso, C. SOTIS, "Ragionevoli prevedibilità" e giurisprudenza della Corte edu, in *Quest. giust.*, 2018, 4, p. 74. In argomento, si può rinviare anche alla ricostruzione di A. MASSARO, *Determinatezza della norma penale e calcolabilità giuridica*, Editoriale Scientifica, 2020, pp. 130 ss., la quale invece conclude che il destinatario del precetto, inteso alla stregua di un atto linguistico, dovrebbe teoricamente e praticamente essere colui che abbia tutti gli strumenti tecnici per riceverlo, e cioè l'«interprete modello»; è evidente come in tale ottica il profilo della riconoscibilità passi in secondo piano.

¹² Si veda, a quest'ultimo riguardo, Corte e.d.u., 12 luglio 2007, *Jorgic c. Germania*, § 109.

giudica prevedibile un'applicazione giurisprudenziale coerente con la «sostanza dell'incriminazione»¹³, ove la stessa possa dirsi effettivamente esistente e perciò orientante¹⁴, nell'assenza di un dato legislativo e interpretativo adeguatamente significativi. Finanche a ritenere prevedibile l'*overruling in malam partem*, sulla base delle ragioni addotte a suo sostegno e, ancora, della sostanza dell'incriminazione¹⁵. Nel segno di un tale fondamento giustificativo, dal canto loro, le sezioni unite della Cassazione hanno operato – malgrado le dichiarate intenzioni – una decisa svolta interpretativa sfavorevole, e dunque concretamente ampliato l'area applicativa di una determinata disposizione incriminatrice, valorizzando tra l'altro il «completamente mutato... quadro sociale e tecnologico»¹⁶ sussistente al tempo del fatto, rispetto a quello del tempo in cui il precedente orientamento era stato affermato.

3. *Intorno alla calcolabilità: sistemazione delle aree tematiche limitrofe.*

¹³ A partire da Corte e.d.u., 22 novembre 1995, *S.W. c. Regno Unito*, §§ 36 ss.; Corte e.d.u., 22 novembre 1995, *C.R. c. Regno Unito*, §§ 34 ss.; Corte e.d.u., 12 luglio 2007, *Jorgic c. Germania*, §§ 104 ss., in cui si valorizza, tra l'altro, il formante dottrinale.

¹⁴ Comunque, nell'economia del giudizio di prevedibilità formulato dalla Corte e.d.u., il criterio in parola convive con altri criteri di segno diverso. Nel caso *Contrada*, per esempio, si è affermata l'esigenza di una base giuridica oggettivamente – per dir così – univoca: il dato di fonte legislativa deve essere adeguatamente e chiaramente specificato dalla fonte giurisprudenziale. In giurisprudenza, non ha mancato di evidenziarlo Cass., sez. un., 24 ottobre 2019, *Genco*, in *C.e.d.*, n. 278054-01, là dove, nel riflettere sulla «natura» e la «portata» (§ 4 ss., *in diritto*) di Corte e.d.u., 14 aprile 2015, *Contrada c. Italia*, ha passato anche in rassegna i tratti più salienti della giurisprudenza di Strasburgo sul principio di legalità ex art. 7 C.e.d.u. Nell'affermare il principio secondo cui, in tema di concorso esterno in associazione mafiosa, i principi enunciati nella sentenza *Contrada* non si estendono a coloro che, pur trovandosi nella medesima posizione, non abbiano proposto ricorso in sede europea, in quanto la richiamata decisione del giudice sovranazionale non è una «sentenza-pilota» e non può neppure ritenersi espressione di un orientamento consolidato della giurisprudenza europea, si dà conto della necessaria problematizzazione afferente alla eterogeneità dei principi e dei criteri offerti nelle pronunzie della Corte e.d.u. sui contenuti del *nullum crimen* convenzionale: questi sono vari e devono tra loro integrarsi in via interpretativa. A ciò si aggiunga che, come affermato dalla stessa *Grande Chambre*, non è nemmeno consentito assegnare prevalenza ai principi enunciati da quest'ultima rispetto a quelli stabiliti dagli altri collegi esclusivamente in ragione della loro provenienza, posto che tutte le decisioni emesse dalla Corte hanno egual valore: Corte e.d.u., Grande Camera, 28 giugno 2018, *G.I.E.M. e altri c. Italia*, § 252.

¹⁵ Corte e.d.u., 25 luglio 2013, *Khodorkovskiy e Lebedev c. Russia*, §§ 791-821. In ipotesi di mutamento giurisprudenziale sfavorevole, peraltro, il criterio da ultimo citato assume importanza decisiva nella misura in cui è ritenuta sempre imprevedibile la svolta non coerente con la sostanza dell'incriminazione: Corte e.d.u., 25 luglio 2013, *Khodorkovskiy e Lebedev c. Russia*, §§ 791-821; Corte e.d.u., Grande Camera, 20 ottobre 2015, *Vasiliauskas c. Lituania*, §§ 179-186; Corte e.d.u., 17 ottobre 2017, *Navalnyy c. Russia*, § 68.

¹⁶ Cass., sez. un., 31 maggio 2018, n. 51815, *Mordino* (§ 4.2., *in diritto*), le quali hanno affermato il principio per cui ai fini dell'integrazione del delitto di cui all'art. 600-ter comma 1 n. 1) c.p., con riferimento alla condotta di produzione di materiale pedopornografico, non è più necessario – a differenza di quanto stabilito da Cass., sez. un., 31 maggio 2000, n. 13, *Bove* – l'accertamento del pericolo concreto di diffusione del materiale in discorso. Cionondimeno, i giudici di legittimità hanno fatto cenno, seppure solo virtualmente, alla questione del come gestire gli effetti retroattivi del mutamento interpretativo sfavorevole (*ivi*).

Si capisce bene, in primo luogo, come qualsivoglia riflessione sulla calcolabilità penale non miri tanto a constatare se il sistema sia calcolabile o non lo sia; piuttosto, essa presuppone un qualche grado teoricamente misurabile di calcolabilità. All'interno della famiglia giuridica occidentale contemporanea non si tratta di ragionare binariamente allo scopo di predicare la presenza/assenza della suddetta calcolabilità; quanto, invece, di intenderla alla stregua di un concetto quali-quantativo, e relativo in base ai settori d'interesse. Precisamente, non si tratta di domandarsi se, ma fino a che punto – ossia con quale grado di accuratezza – possiamo prevedere che un determinato comportamento umano sarà valutato penalmente richiamabile o meno, e quale sarà l'entità dell'eventuale risposta sanzionatoria.

In secondo luogo conviene ribadire che quelli menzionati più sopra rappresenterebbero gli elementi di calcolo a disposizione del calcolante, vale a dire del soggetto interessato a ipotizzare l'esito della decisione futura. Ma ciò non significa, ovviamente, che quest'ultima viene emessa dal giudice solo sulla base di quegli elementi¹⁷. Dunque alcuni fattori, seppure rilevanti ai fini del decidere, tendenzialmente sfuggono alla possibilità di calcolo, almeno a mezzo dei tradizionali strumenti a disposizione: è il caso, *in primis*, del giudizio di valore¹⁸. Da questo angolo visuale, il giudizio sarà sempre in certa misura una questione di responsabilità sociale del giurista¹⁹; anzitutto, del legislatore e del giudice.

In terzo luogo, per la posizione di chi scrive la certezza giuridica non è un'ideale regolativo. A patto naturalmente d'intendere la certezza nel suo significato radicale (e però testuale), che rimanda a un carattere di necessaria absolutezza e ontologica inamovibilità: «ciò che in un dato momento... mi è lecito, sia tale per sempre»²⁰, salvo modifica di legge. Se difatti si trattasse di questo sarebbe comprensibile – anzi doveroso – immaginare, e lavorare per attuare, una realtà giuridica pienamente certa; perseguiremmo cioè l'ideale, pur consapevoli di non poterlo mai raggiungere, in ipotesi approvandolo nella sua indiscutibilità.

¹⁷ Nella nostra dottrina, ha riflettuto sulle ragioni della decisione M. TARUFFO, *La motivazione della sentenza civile*, Cedam, 1975, in part. pp. 220 ss.

¹⁸ Su come i giudizi di valore giochino direttamente e indirettamente nell'interpretazione giuridica, si può rinviare – oltre all'opera di C. SCHMITT, *Die Tyrannei der Werte*, 1960, ed. it. a cura di G. GURISATTI, *La tirannia dei valori*, IV ed., Adelphi, 2008 – all'analisi di V. VILLA, *Una teoria pragmaticamente orientata dell'interpretazione giuridica*, in *Analisi e diritto*, Giappichelli, 2012, pp. 58-59; nonché a G. SCACCIA, *Valori e diritto giurisprudenziale*, in *Dir. e soc.*, 2011, 1, pp. 135 ss.

¹⁹ G. ALPA, *La certezza del diritto nell'età dell'incertezza*, Editoriale Scientifica, 2006, p. 76.

²⁰ L. LOMBARDI VALLAURI, *Saggio*, cit., p. 571.

Probabilmente invece una tale certezza, oltre a non esistere, non è nemmeno auspicabile. È piuttosto preferibile che gli elementi di calcolo più sopra considerati – il dato legislativo, il dato interpretativo, il dato sociale – rimangano minimamente incerti²¹. Si badi: minimamente incerti, non mediamente o massimamente incerti; quel tanto da conciliare l'intrinseca resistenza del sistema normativo – là dove tende all'avulsione dall'ambiente che dovrebbe curare – con le «aspettative sociali stabilizzate per periodi sufficientemente lunghi di tempo»²² e comunque con la giustizia del caso concreto. Il punto, così, non è tanto l'ammissione teorica e pratica di una qualche incertezza di quegli elementi di calcolo, inevitabilmente tali; quanto la effettiva accettabilità sociale²³ di quell'incertezza. È nondimeno necessario rinvenire un delicato equilibrio – peraltro facilmente compromettibile –, perché la giustizia è amministrata in nome del popolo, e il giudice deve dunque rendere conto all'opinione pubblica, ma non in termini di ricerca del consenso di quest'ultima²⁴.

Dal presente angolo visuale, allora, sembrerebbe esaurirsi il problema della calcolabilità, e conseguente prevedibilità *ex ante* della decisione; e aprirsi, però, quello dell'autentica controllabilità²⁵ *ex post* di quest'ultima. La controllabilità rimanda, a sua volta, alla dimensione giustificativa della decisione, e quindi allo strumento della motivazione. Il che, ancora, rimanda al problema della definizione dei relativi parametri di controllabilità²⁶.

²¹ Del dato sociale – e quindi del significato sociale del fatto – è auspicabile una minima incertezza nella misura in cui il relativo mutamento può agevolare il riconoscimento di una norma penale antecedentemente irricognoscibile.

²² In questi termini, riecheggiando Esser, O. DI GIOVINE, *L'interpretazione nel diritto penale. Tra creatività e vincolo alla legge*, Giuffrè, 2006, p. 297.

²³ C. PERELMAN, *Logique juridique. Nouvelle rhétorique*, 1976, trad. it. a cura di G. CRIFÒ, *Logica giuridica. Nuova retorica*, Giuffrè, 1979, pp. 241 ss., fa riferimento alla accettabilità sociale della decisione, verificabile attraverso il relativo discorso giustificativo.

²⁴ Di recente, l'ha espresso G. ILLUMINATI, *Principio di legalità e processo penale*, in *Cass. pen.*, 2020, p. 3518. Per un esempio recente di imposizione massmediatica sulla decisione giudiziaria, cfr. V. MANES, *Giustizia mediatica. Gli effetti perversi sui diritti fondamentali e sul giusto processo*, Il Mulino, 2022, p. 56.

²⁵ Sui tipi di controllo sociale nei confronti del legislatore e nei confronti del giudice, v. G. TARELLO, *L'interpretazione della legge*, in A. CICU - F. MESSINEO - L. MENGONI, *Trattato di diritto civile e commerciale*, vol. I, t. 2, Giuffrè, 1980, pp. 68 ss.; nonché S. CASTIGNONE, *Legalità, legittimità e legittimazione*, in *Sociol. dir.*, IV, 1977, pp. 1 ss.

²⁶ In merito, L. GIANFORMAGGIO, voce *Certezza del diritto*, cit., §§ 5 ss. Per l'A., invero, la dimensione della certezza si riduce a quella della controllabilità, al punto da giungere ad affermare che il diritto è certo se le decisioni giuridiche sono controllabili; e parametro fondamentale della controllabilità sarebbe la giustizia della decisione: in questo senso, i margini di discrezionalità possono garantire certezza, nella misura in cui sono funzionali a fare corrispondere la decisione alle attese dei consociati. Idealmente è vero: un senso comune e massimamente condiviso di giustizia, se corrisposto da una decisione emessa sulla base di quest'ultimo, potrebbe assicurare massima certezza. Sennonché, come rilevato dalla stessa A., il criterio potrebbe valere solo in pochissimi casi. A ragionare diversamente, per esplicitare l'ovvio, dovremmo presupporre l'esistenza di una coscienza sociale massimamente condivisa; il che è ben lontano dalla realtà in cui siamo addentro (pluralismo ideologico, valoriale,

Sebbene *per incidens*, può essere detto che una tale controllabilità in buona sostanza presuppone l'affidamento a, e si concreta nella successiva verifica di, un itinerario di ragionevolezza; ragionevolezza che, come premesso, contempla la variazione necessaria e ripudia l'assoluta fissità. Qualunque itinerario decisionale, ovviamente, è controllabile nella misura in cui si dimostra capace di giustificare la ragionevolezza che lo muove e che s'intende promuovere. Non si tratta, appunto, di giustificare in qualunque modo la decisione: chi accetterebbe mai che una medesima disposizione di legge venisse applicata in modo sempre diverso solo sulla base di diverse opzioni interpretative tutte tecnicamente sostenibili? Anche questa è una giustificazione possibile, ma evidentemente non sufficiente. L'apparato giustificativo, ossia la parte motiva della sentenza, dovrebbe piuttosto fondarsi – e dunque legittimarsi – su criteri massimamente condivisi di interpretazione della legge e delle sentenze; su criteri massimamente condivisi di argomentazione giuridica; sulla tensione verso la massima valorizzazione dei profili di riconoscibilità della norma penale; sulla tensione verso la massima esplicitazione dei giudizi di valore formulati per decidere²⁷, almeno là dove coscientemente formulati, s'intende.

In quarto luogo, le riflessioni appena offerte non valgono a ritenere che la indefettibile garanzia di elevata prevedibilità *ex ante* della decisione penale, quasi fosse destinata all'ineffettività a causa dei fattori d'incertezza, possa in qualche misura essere sanata *ex post* a mezzo della garanzia della motivazione. I due piani sono complementari ma vanno tenuti radicalmente distinti. Da un lato, infatti, la prevedibilità deve essere senz'altro massimizzata congegnando e attuando tutte le tecniche più adatte allo

religioso, culturale). L'attuazione di quelle «certezze della coscienza comune», che stanno dietro e sopra al diritto positivo, sono quindi l'eccezione e non la regola: con buona pace di qualsivoglia tentativo di risolvere la questione della certezza in quella della giustizia (come per esempio proponeva L. CAIANI, *I giudizi di valore nell'interpretazione giuridica*, Cedam, 1954, p. 290, a cui va attribuita l'espressione tra virgolette). Non era di fatto distante da quest'ultima impostazione F. LOPEZ DE OÑATE, *La certezza del diritto*, 1942, Giuffrè, rist. 1968, p. 53, là dove postulava l'ideale riconoscimento nella legge della volontà individuale di ciascuno: «obbedire alla legge degna di questo nome, vuol dire obbedire alla ragione profonda che l'individuo porta con sé, come legge della sua vita e del suo intimo essere». Evidenzia il rapporto irrimediabilmente critico tra esigenze di certezza ed esigenze di giustizia, invece, F. CARNELUTTI, *La certezza del diritto*, in Id., *Discorsi intorno al diritto*, vol. II, Cedam, 1953, p. 19.

²⁷ Interrogandosi sui contenuti che dovrebbe presentare il discorso giustificativo della decisione, precisamente per non svuotare l'obbligo costituzionale di motivazione nell'ottica del controllo democratico del popolo nel cui nome la decisione è emessa, M. TARUFFO, *La motivazione*, cit., pp. 306 ss. ha parlato di «principio di completezza della giustificazione», seppure scontando una effettiva inesplícitabilità delle c.d. ragioni reali della decisione. In questo senso, già A. ROSS, *On Law and Justice*, 1958, trad. it. di G. GAVAZZI, *Diritto e giustizia*, Einaudi, 2001, p. 146. Sugli schemi del ragionare giuridico in rapporto alla questione del controllo sociale, si vedano, tra i sociologi del diritto, le pagine di L.M. FRIEDMAN, *The Legal System: a Social Science Perspective*, 1975, trad. it. di G. TARELLO, *Il sistema giuridico nella prospettiva delle scienze sociali*, Il Mulino, 1983, pp. 371 ss.

scopo²⁸: giammai sull'individuo dovrebbero ricadere gli effetti sfavorevoli dell'incertezza, quando gli stessi risultino sostanzialmente imprevedibili²⁹. Dall'altro, però, in nessun caso potrebbero – né dovrebbero – essere azzerati i margini di incertezza, e quindi di incalcolabilità, e quindi di imprevedibilità: nulla, allo stato, potrebbe garantire una combinazione *more matematico* degli elementi di calcolo suscettibile di condurre a esatte previsioni. E ciò che non può rientrare nell'area della prevedibilità *ex ante* dovrebbe per l'appunto rientrare in quella della controllabilità *ex post*.

Nella tensione verso la razionalizzazione dell'incertezza, renderla comprensibile e, così, accettabile è un'assunzione di complessità e una sfida comunicativa e istituzionale di non poco momento. Veicolazione cioè di un messaggio elementare, il quale implica senz'altro pretesa di determinare cosa dal domani debba attendersi; ma suggerisce al contempo docilità nell'accogliere – assieme a una evidente e fisiologica umana difettività³⁰ – un futuro giuridico che, per il suo essere porzione di futuro, non può essere interamente governato.

4. *L'ambizione della calcolabilità nel tempo.*

Quanto poc'anzi articolato è apparso funzionale a ordinare alcuni punti fermi – ora frutto di mera constatazione, ora di precise impostazioni assiologiche ritenute soggettivamente preferibili – della nostra dimensione giuridica presente. Seguendo il discorso sulla calcolabilità penale, si tenterà di afferrarne l'accezione che parrebbe sul punto di consolidarsi, nel prossimo futuro, a livello globale. A tal fine, ci si appresta ad abbozzare la traiettoria di significato che alla calcolabilità afferisce e che di fatto

²⁸ Oltre a promuovere un'autentica e diffusa cultura del precedente giudiziario, da tempo nella dottrina penalistica si riflette – *de lege lata* e *de lege ferenda* – sulla valorizzazione dell'art. 5 c.p., come rimaneggiato da C. cost., 24 marzo 1988, n. 364, ovvero sull'implementazione del c.d. *prospective overruling* ampliando l'area di operatività dell'art. 2 c.p. Nel primo senso, si veda F. VIGANÒ, *Il principio di prevedibilità della decisione giudiziale in materia penale*, in *Dir. pen. cont.*, 19 dicembre 2016. Nel secondo senso, si veda A. CADOPPI, *Il valore del precedente nel diritto penale. Uno studio sulla dimensione in action della legalità*, Giappichelli, II. ed., 2014, pp. 316 ss.; nonché, da ultimo, ANT. NAPPI, *La prevedibilità nel diritto penale. Contributo ad un'indagine sistemica*, Edizioni Scientifiche Italiane, 2020, pp. 483 ss., il quale però scinde il rimedio in discorso dall'operatività dell'art. 2 c.p.

²⁹ Ci si riferisce anzitutto all'*overruling in malam partem* per l'imputato, ossia al mutamento giurisprudenziale il cui effetto è rendere in qualche misura peggiore il trattamento di quest'ultimo, in forza di una opzione interpretativa differente rispetto a quella precedentemente prescelta in altri casi, allorché la svolta non sia *ex ante* chiaramente prevedibile; ma anche alla decisione emessa in una fase di disordine interpretativo in relazione al caso di specie, o comunque nella mancanza di precedenti analoghi su cui fare affidamento, allorché la stessa risulti *ex ante* effettivamente imprevedibile.

³⁰ A. PUNZI, *Difettività e giustizia aumentata. L'esperienza giuridica e la sfida dell'umanesimo digitale*, in *Ars Interpretandi*, 2021, 1, pp. 113 ss.

accompagna, anche nel campo delle nostre scienze, la transizione dal razionalismo moderno all'iperrazionalismo contemporaneo.

Nel tempo sono difatti mutati i paradigmi³¹, intesi alla stregua di modelli esplicativi fondanti; nel nostro caso, esplicativi della realtà giuridica. Abbiamo visto che quest'ultima – possiamo anche dire il diritto – tradizionalmente si assume più o meno calcolabile nella misura in cui si assumono più o meno certe le sue componenti e le sue meccaniche di funzionamento; più o meno calcolabile, cioè, facendo i conti con elementi di calcolo più o meno certi nella loro significatività. Si è anche inteso che più gli elementi di calcolo sono incerti più sarà approssimativo il calcolo possibile, e dunque il suo risultato, inteso quale specifica ipotesi di futuro giuridico su cui fare affidamento.

Ebbene, il cennato mutamento, di preciso, ha investito cumulativamente tre aspetti cruciali del calcolo. Ossia: quanti elementi di calcolo devono considerarsi; come gli elementi di calcolo devono valutarsi nella loro significatività, e quindi le possibilità di calcolo; e quindi il risultato del calcolo.

Possiamo al riguardo senz'altro cogliere, in uno sguardo d'insieme, tre macro-fasi epocali³².

La prima può dirsi intimamente e ideologicamente radicata nel dogma della certezza del diritto, che – pur non rimanendo estraneo nemmeno all'ideale giusnaturalistico – permea l'ideale illuministico e si traduce, poi, nelle correnti giuspositivistiche e giusformalistiche: l'individuo, che già da tempo non può più fare a meno di essere *homo computans*, si ancora qui alla centralità dell'elemento testuale postulando l'oggettività della legge e la logicamente conseguente funzione dichiarativa del giudice e della giurisprudenza. L'ordinamento giuridico è necessariamente completo e il mezzo del sillogismo sussuntivo si impone sul piano metodologico, tanto come preteso schema logico-deduttivo per decidere – ossia applicare giurisdizionalmente un diritto già integralmente prodotto nella sede parlamentare –, tanto come preteso schema logico-deduttivo dimostrativo della dinamica di produzione-applicazione normativa.

Con queste premesse, è teoricamente massima la potenzialità del calcolo penale.

Il testo di legge, ossia la fattispecie incriminatrice, è infatti l'unico elemento di calcolo considerato e considerabile; per di più, lo si assume univocamente significativo, azzerato qualsivoglia apporto dell'interprete nel segno della stretta legalità. *Ergo*,

³¹ T. KUHN, *The Structure of Scientific Revolutions*, 1962, University of Chicago Press, rist. 2012.

³² A partire dalla sollecitazione di F. SGUBBI, *Il diritto penale totale*, Il Mulino, 2019, pp. 41 ss.

volendosi rappresentare l'esito di una decisione futura, può ottenersi un risultato esatto: è cioè esattamente pre-visto il tipo di fatto punito, e dunque il come un fatto sarà penalmente valutato.

Per tanto si può intendere quello della previsione alla stregua di un paradigma prescrittivo, nella misura in cui è evidentemente prescrittivo il modello esplicativo della realtà giuridica che esso finisce per fondare: seppure ampiamente indimostrato, il risultato dal calcolo penale a partire esclusivamente dal testo deve essere certo; lo schema applicativo del diritto in sede giurisdizionale, come lo stesso schema del ragionamento giudiziario, deve fondarsi sul sillogismo sussuntivo; il diritto deve essere solo la legge.

La seconda fase può dirsi pragmaticamente – e, talvolta, altrettanto ideologicamente – disincantata a proposito della effettiva tenuta, già sul piano teorico, del binomio certezza-completezza; determinando, così, la reazione antiformalistica. Passando per il venire meno della centralità del testo legislativo, a partire tra l'altro dai processi di moltiplicazione delle fonti normative concorrenti anche sovranazionali e internazionali, e poi di decodificazione, e poi di costruzione e ricostruzione del dialogo tra alte corti d'incerto livello, si arriva a intravedere l'erosione dei concetti stessi di fattispecie legale e di tipicità penale come tradizionalmente stimati.

Nel segno di una riformata coscienza problematizzante – che include pure la presa d'atto di una accentuata complessità delle situazioni della vita, e cioè dei fatti che debbono essere giuridicamente valutati –, l'ordinamento non può che risultare incompleto. Viene difatti concettualmente alla luce, in simultanea, l'irruzione delle scelte di valore in sede di decisione; nonché, più in generale, l'indefettibilità del momento discrezionale-valutativo, e dunque il carattere ineliminabilmente soggettivo dell'attività interpretativa, e dunque il ruolo necessariamente creativo del giudice. La meccanica sillogistica non funziona più, né per prescrivere al giudicante come decidere né come *actio finium regundorum* tra momento produttivo e momento applicativo.

Con queste premesse, è teoricamente e praticamente piuttosto ridimensionata la potenzialità del calcolo penale.

La disposizione incriminatrice, infatti, non può più essere l'unico elemento di calcolo da considerare. Nella tensione verso la consolidazione di una nuova legalità³³, oltre al

³³ M. VOGLIOTTI, *La nuova legalità penale e il ruolo della giurisdizione. Spunti per un confronto*, in *Sist. pen.*, 5 marzo 2020.

dato legislativo vanno combinati insieme il dato interpretativo e il dato sociale, i quali peraltro non sono univocamente significativi. *Ergo*, volendosi rappresentare l'esito di una decisione futura, non può ottenersi un risultato esatto: è cioè solo approssimativamente pre-vedibile il come un fatto sarà penalmente valutato.

Quello della prevedibilità può dunque intendersi alla stregua di un paradigma descrittivo, nella misura in cui muove dalla constatazione dei fenomeni sul piano effettuale, presupponendo una determinata visione della dimensione giuridica penale. Circa le sue componenti, il diritto non è infatti solo la legge/la fonte extrastatale scritta, e specificamente il precetto penale è co-formato dalla giurisprudenza e dalla società. Quanto alle relative meccaniche di funzionamento, non è dato separare nettamente e definitivamente momento produttivo-parlamentare del diritto e momento applicativo-giudiziario. Tra gli elementi di calcolo da considerare oltre al dato legislativo, vi è quantomeno anche quello interpretativo e quello sociale. Le possibilità di calcolo, conseguentemente, non sono massime essendo parzialmente incerti i dati a disposizione. Il risultato del calcolo, quindi, coincide con futuro giuridico che non esprime una necessità, ma una possibilità.

Una terza fase ha infine preso avvio con l'avvento dell'intelligenza artificiale e, in particolare, con l'ingresso – oltreoceano parzialmente avvenuto, da noi sostanzialmente in fase di sperimentazione³⁴ – dei più innovativi sistemi computazionali in ambito giuridico-giudiziario. A mezzo di algoritmi, vale a dire di schemi di calcolo automatizzati dalle elevate potenzialità, che a seconda dei casi procedono mediante modelli generativi o discriminativi, si può in effetti prefigurare l'esito della decisione futura a partire dai dati disponibili; e dunque ipotizzare, con un determinato grado di probabilità, come un fatto sarà penalmente valutato. Ciò si rende possibile grazie alla notevole capacità sintattica dei sistemi in parola, che è quella di processare ingenti masse di dati per ricavarne correlazioni statistiche – prettamente statistiche – sempre più accurate. Le possibilità correlazionali in parola, è anche da dire, tendono all'infinito perché il sistema, dopo essere stato debitamente addestrato, può auto-apprendere e auto-correggersi.

Con queste premesse, tutte le potenzialità del calcolo penale sono praticamente rivitalizzate, e al contempo drasticamente aumentate.

³⁴ Per una rassegna recente, si veda C. CASTELLI, *Giustizia predittiva*, in *Quest. giust.*, 8 febbraio 2022, § 5.

Gli elementi di calcolo, in particolare, superano nettamente la triade dei dati legislativo interpretativo e sociale più sopra ricordata, giacché ulteriori elementi possono combinarsi tra loro allo scopo di aumentare il grado di accuratezza della proiezione.

Volendo considerare, per esempio, i sistemi di *judge profiling* – ossia di profilazione della persona del giudice – attualmente in uso nell'ordinamento nordamericano e finalizzati alla prefigurazione del segno e del contenuto della decisione di un determinato giudice persona fisica, entra nel calcolo pure una serie di dati specificamente afferente alla persona di quel giudice. Entra nel calcolo, cioè, quello che sinteticamente può denominarsi il dato individuale, in cui attualmente s'includono: informazioni anagrafiche (nome, cognome, data e luogo di nascita), applicazione presso un determinato ufficio giudiziario, passate esperienze professionali, *curriculum* di formazione e una fotografia (potendosi così ricavare indici relativi a sesso, etnia, età), oltre ovviamente alle sue precedenti decisioni. I risultati, resi accessibili tramite piattaforma *online*, si prestano a essere consultati dal pubblico una volta interrogato il sistema con la ricerca richiesta.

Ergo, volendosi rappresentare l'esito di una decisione futura, può ottenersi un risultato probabilisticamente orientato dall'elevato grado di accuratezza: un risultato pre-dicibile dal sistema che tenderebbe all'esattezza, nella misura in cui la decisione può essere anticipata con un grado di affidabilità sempre più elevato.

Il paradigma della predicibilità, ossia della prefigurazione di un evento sulla base di regolarità statistico-quantitative, reintroduce allora un'aspettativa di misurazione e misurabilità, basata stavolta sul calcolo matematico. La centralità dell'algorithm, appunto come strumento di calcolo, si presenta insomma come nemesi di una rinnovata forma di calcolabilità giuridica.

Tant'è che la direzione sembra essere quella di predisporre ambienti digitali atti a delineare la micro-direttiva individuale³⁵, offrendo *output rule-like* precisamente ritagliati sulla situazione e le caratteristiche del destinatario-persona fisica o giuridica del precetto (c.d. *self-driving law*).

La predicibilità costituisce dunque un nuovo paradigma prescrittivo, il quale può essere senz'altro afferrato a partire dalla realizzazione del mutamento linguistico in atto: il diritto reso nella lingua informatica implica difatti la sua traduzione in termini c.d. primitivi, i quali a differenza della lingua umana non possono essere oggetto di dinamica riattribuzione di significato, nel divenire del tempo ovvero al variare dei

³⁵ A.J. CASEY - A. NIBLETT, *The Death of Rules and Standards*, in *Indiana L. J.*, 2017, p. 1401.

contesti. L'i.a. desimbolizza il linguaggio deprivandolo in radice di qualsivoglia efficacia espressiva³⁶, cioè di un messaggio e di un senso – comprensibile – ulteriore che solo il linguaggio umano può evocare; e finisce per determinare una sicura despazializzazione e deritualizzazione del giudizio³⁷, sia come atto che come itinerario.

Ma nella visione di chi scrive il paradigma costituisce il modello esplicativo fondante della realtà giuridica calcolabile, che nello scenario prossimo futuro si vorrebbe predicibile in senso prescrittivo, giacché il diritto deve essere riducibile alla sequenza alfanumerica di calcolo, in modo non dissimile da come si riteneva precisamente e integralmente riducibile il fatto alla fattispecie legale, sotto il risalente paradigma della previsione. Da quest'ultimo, peraltro, la predicibilità sensibilmente differisce in quanto il diritto è antipositivisticamente inteso: legge, precedenti, società, ulteriori elementi di calcolo che divengono formanti nel calcolo giuridico algoritmico. Ed è sostanzialmente rigettato il modello deduttivo puro – proprio del metodo scientifico duro – per cui a partire da premesse vere si possono prevedere fatti senza l'osservazione e l'esperienza: i sistemi intelligenti fanno dell'osservazione e dell'esperienza uno degli elementi essenziali del processo inferenziale.

La natura prescrittiva del paradigma della predicibilità si coglie dunque là dove vorrebbe promuoversi una nuova categoria ultra-ordinante dell'esperienza giuridica e a monte umana, imponente una logica costrittiva distorsiva della natura del diritto come orizzonte di dialogo e tensione verso il completamento.

In base a questo stato delle cose, rimane da domandarsi se la delega all'algoritmo – non è più concettualmente l'individuo che in prima persona vede, seppure con l'ausilio del professionista³⁸, che cosa del suo futuro sarà, ma subentra un qualcosa di altro che dice/predice – non celi, per vero, un sostanziale atto di rinuncia dinanzi alla

³⁶ A. GARAPON-J. LASSEGUE, *Justice digitale. Révolution graphique et rupture anthropologique*, 2018, trad. it. a cura di M.R. FERRARESE, *La giustizia digitale. Determinismo tecnologico e libertà*, Il Mulino, 2021, pp. 51, 56-57, 183.

³⁷ A. GARAPON, *La despazializzazione della giustizia*, Mimesis, 2021, pp. 135 ss., in questa parte tradotto da E. FRONZA.

³⁸ Nella prospettiva della Corte e.d.u., la mediazione del professionista è contemplata e talvolta necessaria, pur chiarendo come il destinatario della norma penale sia da ritenersi l'individuo. Si veda ad esempio Corte e.d.u., 11 novembre 1996, *Cantoni c. Francia*, § 35; Corte e.d.u., Grande Camera, 29 marzo 2006, *Achour c. Francia*, § 54; da ultimo, il principio è stato affermato nel parere della Grande Camera, richiesto dalla corte costituzionale armena ai sensi dell'art. 1 Prot. 16 C.e.d.u., emesso in data 29 maggio 2020. La giurisprudenza di Strasburgo si pone in senso conforme a quanto già suggerito dalla Corte costituzionale italiana, a partire da C. cost., 24 marzo 1988, n. 364 (§ 18, *in diritto*). Rimane comunque scontato che più la norma è riconoscibile, nel senso precisato sopra, meno per l'individuo si pone un problema pratico d'informazione: lo rileva – pressoché testualmente, pur non facendo riferimento alla riconoscibilità – L. GIANFORMAGGIO, voce *Certezza del diritto*, cit., § 1.

complessità del sistema normativo, soprattutto da parte delle istituzioni che dovrebbero farsi carico di ridurre la divaricazione tra realtà giuridica e realtà sociale, *in primis* aumentando, della prima, i livelli di comprensibilità, e quindi indirettamente di effettività.

Rimane da domandarsi se cioè non si rischi di rifiutare strutturalmente, e dunque di rinunciare, da parte dello Stato, all'assolvimento del dovere costituzionale di rendere *ab origine* autenticamente riconoscibile la norma penale in termini di formulazione, struttura e contenuti (artt. 73 comma 3 e 25 comma 2 Cost.)³⁹; e al contempo controllabili – socialmente accettabili –, a mezzo di una motivazione contenutisticamente determinata, i fisiologici margini di incertezza degli elementi di calcolo tradizionalmente a disposizione (artt. 101 comma 1 e 111 comma 6 Cost.).

Allo stato, per vero, in luogo della tensione verso una ambiziosa sinergia tra riconoscibilità e controllabilità, tendente alla normale calcolabilità, che non genera esatte previsioni ma prevedibilità ragionevoli in quanto consapevoli partecipate coerenti contestualizzate, la tendenza sembra piuttosto di concedersi alla formula probabilistica, la quale nondimeno ontologicamente sponsorizza lo *slogan* di una prevedibilità in quanto tale. Il che può avere i suoi vantaggi, certo, soprattutto se possiamo sfruttare capacità di calcolo sbalorditive: ma con il rischio di soffocare l'indole critica verso il sistema nelle sue componenti e meccaniche di funzionamento, come pure di azzerare la tensione e l'interesse a farsi uno con lo stesso.

FRANCESCO MARIA DAMOSSO

francesco.damosso@unitus.it

Dottorando in Diritto dei mercati europei e globali
presso l'Università degli Studi della Tuscia di Viterbo

Bibliografia

- ALLORIO, E. La certezza del diritto dell'economia. Dir. ec., v. 1956, pp. 1198-ss.
ALPA, G. La certezza del diritto nell'età dell'incertezza. Editoriale Scientifica, 2006.
BOBBIO, N. La certezza del diritto è un mito? Riv. Int. Fil. Dir., v. 1951, pp. 146-ss.
CADOPPI, A. Il valore del precedente nel diritto penale. Uno studio sulla dimensione in action della legalità. Giappichelli, 2nd ed., 2014.
CAIANI, L. I giudizi di valore nell'interpretazione giuridica. Cedam, 1954.
CARNELUTTI, F. La certezza del diritto. In: ID., Discorsi intorno al diritto, vol. II. Cedam, 1953.

³⁹ In questo senso, C. cost., sent. 24 marzo 1988, n. 364 (§ 17, *in diritto*).

- CASEY, A.J. - NIBLETT, A. The Death of Rules and Standards. *Indiana L. J.*, v. 2017, pp. 1401-ss.
- CASTELLI, C. Giustizia predittiva. *Quest. giust.*, 8 February 2022.
- CASTIGNONE, S. Legalità, legittimità e legittimazione. *Sociol. dir.*, v. IV, 1977, pp. 1-ss.
- CORSALE, M. Certezza del diritto e crisi di legittimità. Giuffrè, 2nd ed., 1979.
- DELITALA, G. Cesare Beccaria e il problema penale. *Riv. it. dir. e proc. pen.*, v. 1964, pp. 968-ss.
- DI GIOVINE, O. L'interpretazione nel diritto penale. Tra creatività e vincolo alla legge. Giuffrè, 2006.
- FIANDACA, G. Crisi della riserva di legge e disagio della democrazia rappresentativa nell'età del protagonismo giurisdizionale. *Criminalia*, v. 2011, pp. 79-ss.
- FRANK, J. *Law and the Modern Mind*. Doubleday & Co., 1936.
- FRIEDMAN, L.M. *The Legal System: a Social Science Perspective*. 1975. Trad. it. by G. TARELLO, *Il sistema giuridico nella prospettiva delle scienze sociali*. Il Mulino, 1983.
- GALLO, M. *La legge penale*. Cooperativa libraria universitaria torinese, 1967.
- GARAPON, A. *La despazializzazione della giustizia*. Mimesis, 2021.
- GARAPON, A. - LASSEGUE, J. *Justice digitale. Révolution graphique et rupture anthropologique*. 2018. Trad. it. by M.R. FERRARESE, *La giustizia digitale. Determinismo tecnologico e libertà*. Il Mulino, 2021.
- GIANFORMAGGIO, L. Certezza del diritto. In: *Dig. disc. priv.*, 1988.
- ILLUMINATI, G. Principio di legalità e processo penale. *Cass. pen.*, v. 2020, pp. 3517-ss.
- IRTI, N. *Un diritto incalcolabile*. Giappichelli, 2016.
- KUHN, T. *The Structure of Scientific Revolutions*. University of Chicago Press, 2012.
- LOMBARDI VALLAURI, L. *Saggio sul diritto giurisprudenziale*. Giuffrè, 1975.
- LONGO, M. Certezza del diritto. In: *Nov. Dig. it.*, v. 1959, pp. 124-ss.
- LOPEZ DE OÑATE, F. *La certezza del diritto*. Giuffrè, 1968.
- MANES, V. *Giustizia mediatica. Gli effetti perversi sui diritti fondamentali e sul giusto processo*. Il Mulino, 2022.
- MASSARO, A. *Determinatezza della norma penale e calcolabilità giuridica*. Editoriale Scientifica, 2020.
- NAPPI, ANT. *La prevedibilità nel diritto penale. Contributo ad un'indagine sistemica*. Edizioni Scientifiche Italiane, 2020.
- PALAZZO, F. Legalità penale: considerazioni su trasformazione e complessità di un principio "fondamentale". *Quad. fior.*, v. 2007, pp. 1279-ss.
- PERELMAN, C. *Logique juridique. Nouvelle rhétorique*. 1976. Trad. it. by G. CRIFÒ, *Logica giuridica. Nuova retorica*. Giuffrè, 1979.
- PUNZI, A. Difettività e giustizia aumentata. L'esperienza giuridica e la sfida dell'umanesimo digitale. *Ars Interpretandi*, v. 2021, n. 1, pp. 113-ss.
- ROSS, A. *On Law and Justice*. 1958. Trad. it. by G. GAVAZZI, *Diritto e giustizia*. Einaudi, 2001.
- RUGGIERO, R.A. Il ne bis in idem: un principio alla ricerca di un centro di gravità permanente. *Cass. pen.*, v. 2017, pp. 3809-ss.
- SCACCIA, G. Valori e diritto giurisprudenziale. *Dir. e soc.*, v. 2011, n. 1, pp. 135-ss.
- SCHMITT, C. *Die Tyrannei der Werte*. 1960. Ed. it. by G. GURISATTI, *La tirannia dei valori*, 4th ed., Adelphi, 2008.
- SGUBBI, F. *Il diritto penale totale*. Il Mulino, 2019.
- SOTIS, C. "Ragionevoli prevedibilità" e giurisprudenza della Corte edu. *Quest. giust.*, v. 2018, n. 4, pp. 68-ss.

TARELLO, G. L'interpretazione della legge. In: A. CICU - F. MESSINEO - L. MENGONI, Trattato di diritto civile e commerciale, vol. I, t. 2. Giuffrè, 1980.

TARUFFO, M. La motivazione della sentenza civile. Cedam, 1975.

VIGANÒ, F. Il principio di prevedibilità della decisione giudiziale in materia penale. Dir. pen. cont., 19 dicembre 2016.

VILLA, V. Una teoria pragmaticamente orientata dell'interpretazione giuridica. In: Analisi e diritto. Giappichelli, 2012.

VOGLIOTTI, M. La nuova legalità penale e il ruolo della giurisdizione. Spunti per un confronto. Sist. pen., 5 marzo 2020.